

O mensalão do Galo

Categories : [Reportagens](#)

O publicitário Duda Mendonça, responsável pela campanha do presidente Lula nas últimas eleições, foi novamente processado por crime ambiental. Desta vez na Bahia. A procuradoria do meio ambiente descobriu que ele é um dos principais colaboradores da Associação de Criadores e de Preservação dos Galos das Raças Combatentes do estado, fornecedora de animais para apostas no Brasil inteiro e mantenedora de um clube de briga de galos no porão do restaurante Kimukeka, na orla de Salvador.

Para azar de Duda Mendonça, em maio, numa sexta-feira treze, o ministério público e a polícia militar invadiram o Clube do Galo após receberem denúncia de que naquele fim de semana o local abrigaria um torneio de rinhas. Cento e trinta e três pessoas foram detidas e 306 galos foram apreendidos junto com documentos. Em um deles constava que o publicitário baiano foi o maior financiador da associação nos meses de fevereiro e março ao contribuir com 5,8 mil reais. "Nos chamou atenção porque na lista estava escrito Duda Mendonça, não era nem o nome de nascimento", conta Luciano Rocha, um dos promotores de justiça responsáveis pelo caso.

Março foi o mês em que os advogados de José Eduardo Mendonça conseguiram livrá-lo das acusações de formação de quadrilha e apologia ao crime por ter sido flagrado numa rinha no Rio de Janeiro, em outubro do ano passado. Ele passou a ser julgado apenas por maus-tratos a animais, um crime ambiental que prevê pena de no máximo um ano de prisão e multa. "Ele continuou a colaborar com valores altos para associações com o mesmo fim. É como se nada tivesse acontecido, como se ele não respeitasse as leis do país", comenta o promotor.

Em 21 de julho, dois depoimentos complicaram ainda mais a situação de Duda Mendonça. A secretaria do escritório de advocacia que cuida das finanças da associação confirmou que as maiores contribuições de fevereiro e março foram feitas pelo publicitário. Disse ainda que a associação não é registrada e que nos meses em que as contas não fecham, o seu presidente, Luiz Paulo de Lima, e o secretário Reginaldo Prata Rocha ligam pessoalmente para os colaboradores. Os dois também são responsáveis pela gerência do Clube do Galo, equipado com três rinhas. Já o criador Luiz Gilberto Pimentel, dono de mais de 600 galos de briga e detido no dia 13 de maio no clube, declarou ser amigo de Duda Mendonça e confirmou que vendeu e vende galos para ele.

Em quatro de julho, o publicitário não compareceu a audiência marcada para explicar as ligações com a atividade ilegal. No dia seguinte, o ministério público o denunciou ao Juizado Especial de Crimes contra o Meio Ambiente da Bahia e entrou com uma ação contra outras 20 pessoas envolvidas no caso. Sendo duas jurídicas: a associação e o Centro Esportivo da Bahia - nome oficial do Clube do Galo. Como Duda Mendonça foi preso no Rio de Janeiro pelo mesmo tipo de delito, ele pode ter dificuldade em fazer acordos com a justiça baiana.

"Estamos diante de uma organização criminosa", explicita o promotor Luciano Rocha. A lista de colaboradores da associação inclui gente do Brasil inteiro. Junto com Duda Mendonça, foram processadas pessoas do Espírito Santo, Minas Gerais, Sergipe, Pará e Amazonas. Documentos apreendidos também revelaram uma rede nacional de torneios e troca de informação entre seus organizadores. Há ainda sinais de maquiagem: "Como na Bahia é proibido fazer rinhas de galos, eles contrataram um escritório de advocacia e criaram uma associação para criar e preservar galos", diz o promotor Heron Santana, também responsável pelo caso.

Preservação às avessas. Na hora em que a polícia estourou o clube clandestino, quatro galos participavam de brigas. Eles estavam gravemente feridos. Um não tinha condições de ficar em pé. "As penas, que servem como instrumento de defesa, tinham sido removidas antes da competição", relata Paulo César dos Santos, fiscal do Ibama que participou da operação. Os quatro galos chegaram a fazer exame de corpo delito e foram levados para a Escola de Veterinária da Universidade Federal da Bahia. Mas os outros 302 animais apreendidos no local ficaram lá mesmo porque tanto o Ibama quanto grupos de defesa dos animais não tinham onde mantê-los.

Segundo Carlos Tadeu, da Associação Brasileira de Proteção aos Animais, os galos corriam riscos de serem roubados pelos vizinhos se fossem levados para o abrigo da instituição. "As rinhas são muito populares na Bahia. As pessoas sabem o valor desses animais. É como peça de carro-roubado", compara. Alegando não ter para onde transferi-los, o Ibama deixou os galos no clube sob a guarda do presidente Luiz Paulo de Lima, que está sendo processado pelo ministério público. "Esse procedimento é normal", diz Paulo César, "Se for pego maltratando as aves, a infração será mais grave". Mas logo depois o próprio fiscal admitiu que o Ibama nunca mais voltou ao local. "Ibama não fica fiscalizando", respondeu.

As rinhas de galo foram proibidas no Brasil na década de 60 pelo presidente Jânio Quadros. Mas em Pernambuco é considerada legal por uma lei estadual que fere a constituição. Leis parecidas já foram criadas no Rio de Janeiro e na Bahia, mas logo depois revogadas por inconstitucionalidade.